

Pesquisas em educação sobre travestis nas escolas

*Research in education on
transvestites in schools*

Fernando Guimarães Oliveira da Silva

Doutorando em educação pela Universidade Estadual e Maringá - UEM/PR.

Professor das Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS

e Gestor Social do CRAS na Prefeitura Municipal de Ilha Solteira/SP.

fernando.ufms@hotmail.com

A large, stylized black number 6 is centered on the right side of the page. The background of the entire page is filled with thin, vertical grey lines. The number 6 is rendered in a bold, serif font with a thick stroke.

Resumo:

O presente texto compõe-se de um balanço analítico sobre as pesquisas em educação que têm como foco de estudo as travestis nas escolas. Para qualificar essa temática, objetivou-se investigar como as pesquisas em educação abordam o atendimento e as condições a que estão expostas as travestis para uma conclusão do reconhecimento de suas expressões no ambiente escolar. Baseado nesse objetivo, cuidou-se de fazer um levantamento em plataformas de pesquisas sobre produções em bancos de teses e dissertações contidas no IBCT, Domínio Público e CAPES. Os resultados caminharam para o entendimento de que os estudos em educação com o tema de travestis estão voltados para as questões que problematizam os valores instituídos nas práticas sociais de gênero, com destaque à gradual ampliação das pesquisas em educação que discutem essa temática.

Palavras-chave: Educação; Travestis; Pesquisas.

Abstract:

The present text is composed of an analytical balance on the research in education that focus of study the transvestites in the schools. To qualify this thematic, it was objectified to investigate how the research in education approaches the attendance and the conditions what the transvestites are exposed for a conclusion of the recognition of its expressions in the school environment. Based in this objective, it was taken care of to make a survey in platforms of research on the productions in banks of theses and dissertations contained in the IBCT, Public Domain and CAPES. The results walked to the understanding that the studies in education with the subject of transvestites are come back toward the questions that problematized the values established in the social practices of gender, with prominence to the gradual expansion of the research in education who discuss that thematic.

Keywords: Education; Transvestites; Research.

Introdução

Em 2012, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República apresentou dados oficiais sobre a violação dos direitos de cidadxs¹ lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), no Brasil. O documento com o título de “*Relatório sobre a violência homofóbica no Brasil: ano de 2012*”, expôs a preocupação com a violência a que estão submetidxs xs sujeitxs LGBT, em diversas regiões brasileiras. O panorama apresentado orienta o poder público e a sociedade civil a assumirem responsabilidades que poderiam culminar na promoção da igualdade, equidade e respeito dessas pessoas.

Ao buscar analisar a repercussão dos dados sobre os discursos oficiais que identificam xs travestis, observa-se que a escola se encontra atravessada por ditos cujos efeitos demarcam discursos, regularidade de papéis e de identidade delxs. Assim, a escolha pelo ambiente escolar relaciona-se ao fato de que o maior perfil de violação dos direitos de sujeitxs LGBT, segundo o relatório citado, ocorrem nesse espaço.

Para Junqueira (2009), o processo de invisibilização de sujeitxs com expressões de sexualidade dissidentes da heterossexual alarga-se em práticas curriculares, discursivas e pedagógicas que negam o reconhecimento dessxs sujeitxs. Assim como na prática docente, presencia-se a negação da identidade de gênero feminino presente no corpo travesti, em face dessa prática configurar-se a partir da referência ao padrão sexista de gênero, incutido nos dizeres dos professorxs sobre o gênero masculino, ser o determinante do corpo delxs.

Escancarando-se como um regime de invisibilidade, Junqueira (2009, p. 30) apontou que pesquisas consagradas na área da educação vêm apresentando a negação do reconhecimento da diversidade sexual em ambiente escolar; pontua, ainda, que “*Professores/as costumam dirigir-se a seus grupos de studentxs como se jamais houvesse ali um gay, uma lésbica, um/a bissexual ou alguém que esteja se interrogando acerca de sua identidade sexual ou de gênero*”.

Em sua maioria, as práticas escolares brasileiras concretizam-se num discurso dirigido a um conjunto de sujeitxs inscritxs, primeiramente naquilo que se cristalizou como sexualidade para seu corpo, ou seja, subentende-se que meninos se sentem como do gênero masculino e meninas do gênero feminino. Ainda, segundo Junqueira (2009), esses regimes de invisibilidade contidos em práticas escolares são necessários para a obstrução do campo de

¹ Conforme o Manual para o uso não sexista da Linguagem, publicado no Rio Grande do Sul, utiliza-se o “x” para neutralizar o gênero. Com isso, acredita-se possível subverter a normatividade do gênero masculino sobre o feminino no sistema linguístico, tornando a linguagem não-binária.

reivindicações de direitos, uma vez que distorcem o processo de reconhecimento de si como sendo do gênero oposto ao que se acredita determinante de seu corpo, culpabilizandx-x como transgressor da norma, o que torna turbulento o processo de construção identitária.

Pretende-se, pois, levantar em três plataformas de banco de dissertações e teses que contemplam várias áreas do conhecimento, inclusive a de educação, incluídos assim o banco de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro Ciência e Tecnologia (IBCT); o Domínio Público e a Plataforma CAPES, a forma como as pesquisas em educação têm abordado o tema das travestilidades nas escolas. Com isso, e a partir desse levantamento, oportuniza-se criar um mapa sobre os recortes dados ao tema em questão.

As pesquisas em educação sobre xs travestis em escolas

No que se refere xs travestis nas escolas, as pesquisas em educação têm se mostrado preocupadas com as propostas de convivência e atendimento que as escolas oferecem a elxs. Nesse sentido, o balanço analítico feito sobre o estado da produção acadêmica em que se encontra determinado tema é relevante para uma área de estudo, por realçar o relevo dos principais aspectos que norteiam a trama teórica e metodológica das abordagens do campo de estudo. Com o efeito de movimento ininterrupto, conhecer como as pesquisas em educação veem reivindicando melhores formas de protagonismo dxs travestis nas escolas contribui para o fomento de novas produções acadêmicas.

Ao demarcar a relevância de se recorrer às pesquisas concluídas, é interessante esclarecer que, a produção do corpus deste estudo resultou de um levantamento de bancos de dados que possuem nos acervos dissertações/teses em várias áreas do conhecimento, entre elas a educação, desta forma o presente estudo incluiu o IBCT, Domínio Público e Plataforma CAPES. Esse levantamento trouxe dissertações e teses, entre os anos de 2008 e 2014, de Universidades distribuídas em diversas regiões brasileiras. As plataformas focam-se em instituições públicas, em contrapartida o domínio público, nem sempre é possível o acesso para download das dissertações/teses, mas também contempla as instituições privadas.

O levantamento inicial utilizou como palavra-chave: travestis, as quais foram eleitas para análise do estudo apenas dissertações e teses concluídas na área de educação. Conduziu-se, então, a uma leitura dos títulos e resumos cujos objetos de estudos priorizaram o tema abordado, o que retornou 17 produções, das quais 12 (9 dissertações e 3 teses) são do IBCT, 3 dissertações da CAPES e nenhuma do Domínio Público.

A análise do primeiro levantamento oportunizou a presente elaboração, conforme quadro 1:

Quadro 1: Produção acadêmica em educação no banco da IBCT

IBCT				
Ano	Instituição	Grau	Título	Autor
2008	UNICAMP	Dissertação	Entre necas, peitos e picumãs: subjetividade e construção identitária de moradoras no Jardim Itatinga	SANTOS, P. R. dos
2009	UFU	Dissertação	A diversidade entra na escola: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero	FRANCO, N.
2009	UFRGS	Dissertação	Os “monstros” e a escola: identidades e escolaridades de sujeitos travestis	BOHM, A. M.
2011	UFRGS	Dissertação	“Lá em casa a gente conversa! ”: pedagogias da conjugalidade entre travestis e seus maridos	MULLER, M. I.
2012	UFCE	Tese	Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa	ANDRADE, L. N. de.
2012	UFRGS	Tese	Trazendo a noite para o dia: apontamentos sobre erotismo, <i>strip tease</i> masculino, pedagogias de gênero e sexualidade	NUNES, C. R. F.
2013	UFRGS	Dissertação	Pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira	REIDEL, M.
2014	FURG	Dissertação	A (re)invenção de si: investigando a constituição de sujeitos gays, travestis e transexuais	LONGARAY, D. A.
2014	UFRGS	Dissertação	Uma ala para travestis, gays e seus maridos: pedagogias institucionais da sobrevivência no presídio central de Porto Alegre	PASSOS, A. G. da S.
2014	UFU	Tese	Professoras trans brasileiras: ressignificações de gênero e de sexualidades no contexto escolar	FRANCO, N.
2014	UFLA	Dissertação	Quando eu pulei o muro: travestilidades em corpos-existências apesar dos silêncios da escola	PEREIRA, M. J. A.
2014	UNESP	Dissertação	Travestilidade e juventude: conteúdos submersos no cotidiano escolar	OLIVEIRA, C. D.

Fonte: Elaboração do autor

Quadro 2: Produção acadêmica em educação no banco do CAPES

CAPES				
Ano	Instituição	Grau	Título	Autor
2011	UFMT	Dissertação	Reforma de currículo e identidades sexuais: performances de gênero em adolescentes de escolas estaduais de ensino fundamental de Cuiabá/MT	ROSATO, T. P. de
2011	UFMS	Dissertação	Sobre a educação aquecida: uma análise da relação entre a identidade sexual travesti e o processo de educação formal	MONTREOZOL, J. R.
2012	UFMT	Dissertação	Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis	SALES, A.

Fonte: Elaboração do autor

A realização dessa primeira leitura promoveu o entendimento do percurso que as pesquisas em educação vêm fazendo. Observa-se, com isso, alguns indicadores de aspectos relevantes no cenário acadêmico como, por exemplo, as abordagens que entrecruzam os conceitos de diversidade sexual; o entendimento de que a escola é permeada de discursos normativos (religiosos e morais); o desrespeito presente em práticas de aversão advindas da comunidade escolar; bem como uma compreensão de que o tema é uma área que demanda o fortalecimento acadêmico e teórico, não apenas da educação, mas, também, no campo do direito, da medicina e saúde etc.

Com base nos títulos e na leitura dos resumos, verificou-se a preocupação dxs autorxs com xs travestis, seja elx professorx ou studentx. Desse modo, formaliza-se a preocupação das pesquisas em educação com o tratamento que xs travestis têm no ambiente escolar, uma vez que a categorização do levantamento feito possibilitou caracterizar a temática, enfatizando as concepções que as pesquisas apresentam sobre o tema da diversidade sexual; como as escolas lidam com os studentxs homossexuais e travestis; a discriminação vivida e os discursos oficiais que normatizam e tendenciam contextos de exclusão de travestis do sistema escolar ou dos espaços de educação pesquisados nas dissertações e teses.

Vale destacar também que, considerando toda a produção acadêmica elencada, registra-se um aumento significativo das pesquisas no último ano analisado, ou seja, em 2014, enfatizando aquelas voltadas para a produção em mestrado. Isso significa que, nos vários rincões do país, a pesquisa em educação sobre xs travestis nas escolas vem deslocando xs pesquisadorxs a encontrar

meios de publicizar o tratamento degradante e, em muitos casos naturalizados, que xs studentxs travestis convivem, impedindo reconhecimentos e causando turbulências no processo identitário enquanto travestis.

Mesmo que as pesquisas se ampliem, ainda é válido pontuar que, em sua maioria, o objeto delas não contempla a transfobia escolar como uma questão política que envolve as “*relações de poder*” (FOUCAULT, 1984) que se fortalecem, mais e mais, na cultura popular e escolar. Essa afirmação permeia o universo analisado porque as pesquisas trazem uma preocupação com a questão dos preconceitos contidos em performances de professorxs e studentxs travestis. No entanto, não problematizam como a cultura popular produz sujeitoxs normatizadx pela representação heterossexual e a refração disso na produção/formação identitária dxs travestis.

Diante do produto obtido, por meio das análises dessas pesquisas, pondera-se que o aspecto político de efetivação do reconhecimento dxs travestis, como uma expressão de sexualidade, não foi desconstruído por professorxs e gestorxs das escolas, posto que as práticas ainda reiteram a hetenormatividade. Quiçá, no levantamento realizado, não se tenha registrado nenhuma pesquisa que avalie a execução de práticas escolares que desconstruam o alinhamento “*sexo-gênero-sexualidade*” (LOURO, 1997), como proposto em documentos referenciais curriculares do Ministério da Educação (MEC).

Entretanto, a pesquisa de Franco (2014) trouxe uma contribuição acerca da relevância que o tema do respeito às diferenças traz, uma vez que professorxs travestis, transexuais tornam suas práticas atravessadas cotidianamente pelo tema de reconhecimento de sujeitoxs diferentes.

Concepções subjacentes às pesquisas

No levantamento realizado, a leitura das pesquisas levou a entender o objeto, os caminhos metodológicos e a alusão ao referencial teórico adotado para as análises. Oportunizou, também, compreender as concepções de sexualidade, a relação das pesquisas com o conhecimento já produzido na área e os novos aspectos trazidos para o cenário acadêmico sobre diversidade sexual nas escolas

No intento de compreender os objetos de pesquisa, destaca-se que as pesquisas não tiveram apenas a escola como lócus de análise, mas também trouxeram outros espaços de educação, como o cárcere, conjugalidade, local para consumo sexual e as histórias de vida dxs travestis (studentxs ou

professorxs), às quais se atentaram para as questões da educação. Diante disso, os enunciados produzidos pelo referencial teórico na área de diversidade sexual nas escolas se tornaram foco de análise. Com isso, acredita-se que, a partir dos ditos teóricos que atravessaram as pesquisas eleitas para análise, possa se entender como estão as discussões sobre sexualidade e gênero nas universidades brasileiras.

Desse modo, os principais ditos teóricos que fundamentam as pesquisas obtidas nas plataformas oferecem uma compreensão da sexualidade, como uma construção social, desvinculando-se de uma compreensão do gênero como alinhado ao corpo do homem ou da mulher baseados na perspectiva determinística do sexo biológico. Dito assim, xs principais autorxs que iniciaram os alicerces teóricos das pesquisas levantadas foram: Guacira Lopes Louro, Judith Butler e Michel Foucault. Vale pontuar que as principais inspirações teóricas que atravessam as produções das autorxs Butler e Louro se sedimentaram nas construções de Michel Foucault. Essa condição não suprime a relevância dos estudos atuais que as produções das autoras têm trazido para as pesquisas em qualquer área do conhecimento.

As principais contribuições dxs autorxs advêm da problematização causada sobre o imaginário social que acredita que o corpo é determinado pela predisposição do sexo, implantando uma *“heterossexualidade compulsória”* (BUTLER, 2010) dos modos masculinos e femininos de ser como pertencentes, respectivamente, ao homem e à mulher. Sobre isso, Louro (1997, p. 27) disse que os estudos sobre a sexualidade e o gênero pretendem entender como se representam e são valoradas as masculinidades e feminilidades, em certo contexto social, enfatizando que *“O que importa aqui considerar é que — tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento”*.

Essa concepção de que o corpo não é determinado por prescrições de seu uso corrobora com as perspectivas de travestis que são pautadas nas pesquisas. Assim, as abordagens eleitas nos estudos entendem que xs travestis se constroem como identidade de gênero, impossibilitando categorizar sua sexualidade como sendo masculino ou feminino. Nesse sentido, vale ponderar o que são xs travestis senão uma subversão da identidade estável? Partindo desse questionamento, é que as pesquisas em educação vêm construindo e fortalecendo as discussões sobre xs travestis nas escolas. Nesse pressuposto, para entender essa subversão, as pesquisas abordam o tema de identidade a partir do enfoque construído por autorxs, como xs próprixs Judith Butler e Guacira Lopes Louro, incluindo também Tomaz Tadeu da Silva e Stuart Hall,

permeadas de constructos elaborados por autorxs que trazem seus sentidos sobre o corpo dxs travestis, como: Berenice Bento, Marcos Benedetti, William Peres e Larissa Pelúcio.

Em comum, as abordagens que as pesquisas fazem sobre a identidade percebem a centralidade que dão à necessidade de desconstrução de identidades estagnadas, estabelecidas e, decididamente, completas em si. E, que, os espaços analisados (escolas, cárceres e os Outros) causam resistências em promover essa desconstrução, porém, ainda enfatizam que esses espaços possuem potencial fundamental para garantir a subversão desse cenário. Diante disso, convém entender que as pesquisas analisadas trazem a escola como um ambiente permeado de efeitos de sentido provenientes de padrões morais e religiosos do que se acredita ser o comportamento de homem e mulher como indispensável para o respeito às regras e normas institucionais de seu contexto.

Segundo Louro (2009, p. 92), a estabilização de identidades torna-se mais fortalecida na cultura brasileira, uma vez que a identidade masculina centraliza uma representação dx sujeitx com uma vida heterossexual ativa.

Evidentemente, sendo esse um processo cultural, é histórico e dinâmico, quer dizer, é passível de transformações. Ao lado dos discursos que reiteram a norma heterossexual, circulam também discursos divergentes e práticas subversivas, e parece notório que esses processos de subversão e desafio da norma vêm se tornando, contemporaneamente, cada vez mais visíveis.

Dada as possibilidades de subversão, xs travestis vêm se afirmando numa identidade “*ambígua e borrada*” (BENEDETTI, 2005). Como vimos, no levantamento do quadro 2 (IBCT), os estudos sobre xs travestis nas escolas ou em espaços de educação vêm se fortalecendo e ampliando as discussões sobre os meios de educação dirigidos a elxs, as possibilidades de permanência e tratamento nas escolas, evidenciando que elas estão reivindicando melhores formas de permanência nas escolas e adequações curriculares para desestabilização de práticas que programam uma única maneira de se expressar masculino e feminino.

Nessa perspectiva, observa-se que, no corpus das pesquisas, implementa-se uma proposta de compreensão da diversidade sexual que visa contrariar a

[...]crença de que um homem ou uma mulher cuja identidade sexual é a de homossexual, é alguém que, no seu desenvolvimento sexual,

carrega algo que se constitui fundamento de uma variação não conforme à tendência sexual majoritária (SOUZA FILHO, 2009, p. 104).

É preciso considerar que as pesquisas apresentam a impossibilidade de criar um modo de padronizar a expressão pessoal ou de sexualidade de alguém, como masculino ou feminino, a partir das convenções que criamos para o corpo do homem e da mulher. Efetivamente, porque xs identidades são impossíveis de serem determinadas por características de associação àquilo que acreditamos ser de homem ou mulher. Isso significa que os estudos sobre identidades acreditam que xs sujeitxs vivem uma necessidade de busca permanente por fazer parte de um grupo social. Por isso, ocorre a ilusão de permanência numa certa identidade (HALL, 2006); BAUMAN, 2005); SILVA, 2005).

Hall (2006, p. 38) acredita que “A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, mediante processos inconscientes, e não algo inato existente na consciência no momento do nascimento... Ela permanece sempre incompleta, está sempre em processo, sempre sendo formada”. Associado a isso, os estudos questionam as resistências que xs sujeitxs têm em lidar com o assunto denominado pelxs profissionais das escolas como “*menino afeminado*” e “*menina masculinizada*”. Presencia-se, nessa compreensão, que os professorxs e profissionais da escola não entendem xs travestilidades como uma expressão de sexualidade, mas como um desrespeito às normas da heterossexualidade.

À proposta de entender xs identidades de travestis, Santos (2008, p. 15) traz a representação do modo como elas fazem a subjetivação, o que, segundo o autor, “*as mesmas compreendem sua subjetividade como derivativa do feminino e de todas as multiplicidades que ele abarca*”. Essa narrativa feita pelx autor conduz os pesquisadorxs a entender que xs travestis não se identificam como pertencentes ao gênero masculino, mas insistem em concluir essa ideia.

No cerne dos conceitos que se entrecruzam, pontua-se que as pesquisas balizam conceitos dispersos no tempo e lugar ocupados pelxs pesquisadorxs. Dito assim, destaca-se que a maioria das pesquisas possuem o fundamento teórico pós-estruturalista considerados essenciais para a discussão sobre o tema. Certamente, produzem conceitos e os reconstruem com o intuito de inovar articulações para o campo dxs travestilidades nas escolas. Entretanto, uma pesquisa chama a atenção porque não utiliza o referencial teórico até aqui analisado. Trata-se da pesquisa de Montreozol (2011), cuja abordagem não parte de perspectivas pós-estruturalistas, mas

sim de um referencial materialista histórico-dialético para compreender a relação entre a identidade sexual travesti e a educação formal.

O autor incursiona sua investigação em conceitos marxistas de objetividade, subjetividade e relações sociais da educação para construir sua base teórica de reflexão sobre a identidade sexual travesti. Os diálogos construídos, em sua investigação, são pautados pela relevância da categoria social e cultural produzidas historicamente sobre a educação e a sexualidade, que auxiliam o autor na aliança que faz sobre esses aspectos para compreender como x sujeitx travesti se relaciona subjetivamente com a educação formal.

Assim, Montreozol (2011, p. 123) afirmou a complexa e ampla relação entre educação e sexualidade *“Isto porque ao mesmo tempo em que ela se configura como uma possibilidade para o desenvolvimento da sexualidade, ela restringe este desenvolvimento por objetivar a construção de um determinado tipo de homem”*. Mesmo que a educação seja um lócus de normatividades de sujeitxs, cabe destacar que ela também promove uma compreensão sobre a formação e organização da consciência de classe de estudantxs travestis.

No cenário dos estudos elaborados existem consensos e dissensos teóricos, no entanto, ressalta-se a importância dada a cada pesquisa, já que traz dificuldades sociais e culturais presentes em discursos e perspectivas que insistem em reproduzir a lógica sexista e essencialistas de identidades. É o caso de algumas abordagens que se atravessam pela perspectiva da teoria queer. A proposta dessa teoria, segundo Louro (2009), é analisar sexualidades legítimas e aquelas consideradas ilegítimas, propondo uma subversão de normas e comportamento prescritos e estabilizados para identidades, o que supõe que, para essa teoria, é difícil determinar este ou aquele para definir uma sexualidade, considerando que xs sujeitxs são atravessados por desejos instáveis, ilimitados e indescritíveis.

Sobre a questão da escola

Ao pensar sobre as pesquisas levantadas e as relações com o campo do conhecimento em educação, observa-se que as pesquisas trouxeram espaços que não tiveram apenas o ambiente escolar como lócus de pesquisa. Os questionamentos, então, podem não ter o mesmo objetivo que teriam se voltados para o ambiente escolar, porém, o objetivo das pesquisas contempla propostas de compreender xs performances de gênero, organização familiar e institucional (prisão) que fazem parte do convívio dxs travestis.

Para essas questões, xs autorxs pontuam a abertura que oferecem para que suas pesquisas sejam referenciais ou pontos de partida que fundamentem a busca por novas respostas. Em Rosato (2011), por exemplo, discute-se a política curricular de escolas estaduais, em Cuiabá/MT, e com base nela como se produzem as identidades sexuais dos sujeitxs não heterossexuais. A autora analisou documentos oficiais curriculares, os Anais da 1ª Conferência LGBT, Projetos Político-pedagógicos que a levaram a compreender que os currículos insistem em hegemonizar a concepção binária de sexualidade, o que pode levar à exclusão, evasão, sentimento de inferioridade e educação sexual disciplinar.

A despeito disso, conforme diz Bortolini (2010, p. 677), se *“ser travesti é algo desnecessário, se não é algo sério ou se eu não reconheço essa identidade, então, não faz sentido pensar no uso do banheiro feminino, no nome social na chamada e em nenhuma reivindicação que venha nesse sentido”*. O efeito de sentido que o enunciado dx autxr nos traz infere que os currículos não estão atravessados pelas questões de diversidade sexual porque não é considerada tal relevância, tornando as práticas escolares e pedagógicas dominadas por perspectivas sexistas e normativas do corpo.

Revelam também, os estudos que, por um lado, xs travestis utilizam de estratégias de subordinação e assujeitamento para resistirem aos preconceitos e manter-se nas atividades das escolas como bem nos coloca Andrade (2012). X autorx utilizou uma pesquisa de caráter etnográfico para conhecer como xs travestis permanecem nas escolas. Sua principal contribuição afirmou que xs travestis da área rural têm um histórico de aceitação menos conturbado, motivado pelos laços de solidariedade presentes nos contatos diários entre as pessoas. Por outro lado, mesmo que a permanência na escola seja permeada de tensões pelas transformações que xs travestis fazem em seus corpos, como diz Bohm (2009), verifica-se, em Oliveira (2014), que essxs novxs sujeitxs são imprescindíveis para a produção de novas condutas em ambiente escolar, daí x autorx afirma que o sentimento de pertença dessxs sujeitxs funciona como meio de garantir a permanência nas escolas.

A insatisfação consolidada nos discursos das pesquisas trouxe a preocupação com xs identidades travestis que intentam participar das atividades escolares (currículo, rotina, organização administrativa e pedagógica e etc.), porém, as práticas normatizadas pela heterossexualidade impedem o reconhecimento destxs sujeitxs. Impulsionadas por tensões e conflitos de uma lógica conservadora e moralista, Junqueira (2009, p. 396) comentou que as práticas da escola se reduzem por

[...] preconizarem identidades fixas, essencializadas, exacerbadas, diferencialistas, a-históricas, ali o gênero humano corre o risco de ser reduzido a uma parca soma de particularismos excludentes, produzidos a partir da eleição arbitrária de alguns possíveis ou supostos atributos. As diferenças tendem então a ser erigidas à condição de fetiche, sem que se atente aos múltiplos nexos entre as relações de poder e os processos discriminatórios que também elas desencadeiam ou realimentam.

Esclarece x autxr que as dificuldades de reconhecer sujeitxs travestis em ambiente escolar estão vinculadas à própria limitação que xs profissionais têm em reconhecer as sexualidades distantes do padrão determinado pelo sistema biológico. Resultado de uma educação historicamente determinada pelo sexismo, machismo e a fixação de identidades baseadas nessa lógica normativa do corpo heterossexualizado (JUNQUEIRA, 2009).

Além das questões vinculadas ao âmbito escolar, encontrou-se também aquelxs que pretendiam conhecer práticas e convívio escolar de professorxs travestis, transexuais. No caso de Franco (2009), presenciou-se a problematização da constituição identitária de professorxs gays, lésbicas e travestis, em ambiente escolar, o que evidenciou que o fato de ser umx professxr não amenizou a exposição à agressão. Promoveu, ainda, o entendimento de que, mesmo sem anunciar sua sexualidade, xs professorxs não se desvinculam das marcas previamente inscritas para a sexualidade de seu corpo, confirmando que a escola ainda representa um local em que os princípios religiosos insistem em determinar a prática docente.

Em relação ao estranhamento que professorxs travestis causam nos demais profissionais e agentxs da escola, observa-se em Reidel (2013), que xs professorxs travestis e transexuais são cobradas a terem características que compensam a perda da sexualidade normativa (heterossexual). Intitulando sua pesquisa como a *“Pedagogia do salto alto”*, x autxr conduz à reflexão sobre as práticas pedagógicas de professorxs trans que se aliam à sedução inscritas em seu corpo e também promovem o deslocamento dxs profissionais das escolas para problematizarem as questões ligadas ao gênero e sexualidade.

Reidel (2013) explora essas questões e complementa ressaltando que a escola silencia o gênero e sexualidade e aponta alguns aspectos significativos na presença dxs travestis/transexuais professorxs, nas escolas, pontuando cinco aspectos: a imagem corpo; x professorx não simboliza referência materna; a curiosidade sobre o que há no corpo travesti; são requisitadas pelos

alunxs sobre particularidades da vida e, por último, o aspecto do glamour aliado aos prazeres da vida.

Enfatiza-se que a diferença é sempre evidenciada e questionada. Por isso, conclui-se que os discursos dirigidos para caracterizar essxs sujeitxs se fortalecem em práticas e relações de poder que tendem a excluir e denominá-lx como se fossem destituídxs de características consideradas positivas pela sociedade. Dessa maneira, os estudos elencados utilizam o referencial teórico que reclamam por respeito à diversidade de sexualidades de travestis e transexuais, seja estudante ou professxr. Com isso, é importante ressaltar que x identidade travesti continua sendo negada por conta da associação que as pessoas insistem em fazer aos padrões heteronormativos do corpo.

A produção acadêmica analisada impele que, o respeito à diferença visa oportunizar autonomias na formação pessoal e educacional dessxs sujeitxs para que usufruam disso nos espaços que ocuparem. Assim:

Respeitar ou reconhecer a diferença significa aqui considerar as histórias, as necessidades, as reivindicações e as especificidades de indivíduos ou grupos e, ao lado disso, considerar as circunstâncias sociais, políticas e históricas da produção da diferença, as relações assimétricas que nortearam e norteiam sua produção e os conjuntos de representações sociais em circulação (JUNQUEIRA, 2009, p. 398-399).

Contudo, ao trazer uma especificidade sobre a produção das diferenças que se constroem e se reconstroem em histórias de vida permeadas de tensões e assimetria, coloca-se bastante oportuno, também, explorar os outros espaços debatidos pelas pesquisas. Dito assim, pensa-se relevante a implantação de práticas educativas que se baseiam nxs sujeitxs do processo e não na recusa e padronização daquilo que se acredita ser indispensável para que os corpos passem a praticar em matéria de sexualidade.

Brilhando por outros espaços

Palmitilhando a trilha da análise proposta pelo estado da arte, algumas pesquisas obtidas nas plataformas trouxeram outros espaços, como é o caso de Santos (2008), que se dispôs a entender como se produziram identidades de travestis profissionais do sexo a partir do não lugar social ocupado no cenário urbano de Campinas/SP. Constatou que, no momento em que xs travestis fabricam seu corpo, elxs estão construindo seu próprio gênero, colocando em

prática a constituição que fazem de si, construindo-se na mescla entre o masculino e o feminino, assinala, no entanto, a demarcação feminina que faz parte do discurso de si, dxs Outrxs e da produção de sua subjetividade.

Diante dessa constatação, no cenário social, xs travestis convivem com práticas de relacionamento e formação familiar que podem se afirmar sob uma base normatizada ou não, como assinala Peres (2009, p. 238)

No caso da população travesti, conforme observações etnográficas realizadas por nós, assim como por outros autores, iremos encontrar um mix de subjetivação em que ora as travestis se mostram extremamente revolucionárias e criativas, ora se mostram normatizadas, reproduzindo modelos familiaristas, burgueses, patriarcalistas e heterossexistas, expressando desejos e discursos de submissão e passividade diante da figura masculina – pai, cliente, marido.

Corroborando com esta perspectiva, na pesquisa de Muller (2011), ao elaborar seu constructo metodológico em observações com três casais, apontou que a conjugalidade entre xs travestis e seus companheiros têm o modelo hegemônico heteronormativo como alicerce, permeando-se de atitudes de ciúme, do ideal do amor romântico, da expectativa de que o homem seja x provedor do lar e demais assuntos que, tradicionalmente, reforçam a relação entre homem e mulher.

Outro espaço apontado foi o palco de um local conhecido por práticas sexuais entre homossexuais, e também aceitar homens heterossexuais, travestis e mulheres. Essa pesquisa de cunho etnográfico feita por Nunes (2012), tratou o *strip tease* masculino de homens jovens. Na análise das práticas do que x autxr denominou “Castelo de Prazeres”, foram percebidos comportamentos que tendenciaram a uma supremacia da heterossexualidade, desvalorizando a homossexualidade dxs clientxs e a condição feminina dxs travestis. Esse dado torna-se relevante, uma vez que a dominação masculina heterossexual produz-se em práticas sociais que atravessam as diversas maneiras de organização, consumo, mercado e a oferta de seus bens.

O que se vê, então, é um discurso oficializado de que a sexualidade predominante é aquela que tem o sexo como princípio normatizador, identitário e expressivo; definindo, assim, padrões de normalidade/anormalidade, diferença/igualdade, certo/errado, infame/perfeito. Tal fato pode explicar o motivo porque as sexualidades e quaisquer formas de expressão relacionadas a elas têm, primeiro, que se reportar à heterossexualidade ou aos padrões instituídos por sua normatividade, para serem reconhecidas.

Desta feita, o gênero acaba por ser não só o mediador: é o responsável mais por revelar do que por possibilitar as supostas coerência e unidade entre anatomia, comportamento, sexualidade e identidade. Em outras palavras: tal sequência tem sua eficácia garantida por mecanismos de introjeção e controle (sexualmente diferenciados e sexualmente diferenciadores) ligados à crença de que a determinado sexo deva corresponder, de modo biunívoco, um determinado gênero, o qual, por sua vez, implicaria um determinado direcionamento do desejo sexual (JUNQUEIRA, 2009, p. 376).

Mais que práticas atravessadas por ditos sexistas e generificadas, acredita-se que é preciso que existam instituições que se caracterizam por cercar, disciplinar e controlar os corpos com o que pode ou não ser feito e aceito pelos gêneros. Nesse sentido, Passos (2014) pesquisou uma ala específica para travesti, gays e seus maridxs, no Presídio central de Porto Alegre/RS. Produziram-se, nessa penitenciária, práticas institucionais de Gestão de risco para caracterizar a entrada, a permanência e saída dxs sujeitxs da ala. Apesar de se apresentar como uma alternativa de redução de violência contra gays, travestis e seus maridxs, as práticas institucionais de regulação e vigilância são mais rígidas para essxs sujeitxs, ao passo que são ameaçadxs de serem retiradxs da ala.

O conteúdo enunciado pelas práticas dos outros espaços aqui analisados causa o efeito de sentido de que *“o olhar normativo interpreta e fixa o corpo como uma confirmação literal da cor, da raça, da etnia e da sexualidade”* (JUNQUEIRA, 2009, p. 380). Esse sentido atravessa os discursos dxs sujeitxs porque não são construções próprias, mas que já existem e são conformados por nxs sem nenhuma crítica à produção histórica e social das desigualdades e diferenças que foram se consolidando nas imagens dxs travestis.

Os estudos apresentados constataram a necessidade de desconstrução de formas de subjetivação normatizadoras presentes nas práticas escolares e institucionais de outros espaços. Um comparativo do crescimento das pesquisas na área de educação sobre o tema demonstrou que muito se tem investigado sobre as sexualidades travestis necessárias para o reconhecimento delxs nas práticas escolares. Tais estudos, de modo comum, denunciam os silenciamentos, resistência e assujeitamentxs vividxs por elxs enquanto estudantxs que dificultam o tratamento qualificado de suxs identidades.

Sobre esse tema, Longaray (2014) ressaltou que os vários espaços onde os homossexuais se constroem como sujeitxs são permeados de discursos oficiais que xs interpelam xs a incorporarem uma subjetivação normatizada

sobre a heterossexualidade. Essa afirmação produziria, talvez, a resposta que tanto se procura para demonstrar aos profissionais da educação onde se encontra o erro de suas práticas. Todavia, os estudos não pretendem construir maneiras mais ou menos consideradas corretas para um contexto ou outro, mas inferir pontos de discussão que predominam em ambiente escolar e refratam no contexto de agressões e transfobia vivido por travestis, nas escolas.

Como inquietação, verifica-se por meio das teses e dissertações que xs travestis se constroem desestabilizando identidades pré-fixadas para o gênero masculino e feminino. Esse jogo ambíguo (masculino e feminino) que fazem com o corpo produz sua representação e desloca as instituições a (re) significar as explicações sobre o gênero, sexo e sexualidade. Certamente, porque conforme Louro (1997), a sexualidade é uma construção social permeada de valores e regras dimensionadas no tempo e lugar analisados, impossibilitando a afirmação de que o menino é de identidade masculina e a menina de identidade feminina.

Vale pontuar os espaços que as pesquisas em educação levantadas não contemplaram e que poderiam contribuir para dissolução de conflitos de sexualidades em ambiente escolar. É o caso das políticas educacionais instituídas para as escolas, já que algumas propostas de promover o respeito à diversidade nas escolas têm se mostrado impossível de se concluir como apresenta as tentativas dos Programa Brasil Sem Homofobia e o Kit anti-homofobia. Ocorreu com essas tentativas, de acordo com Daniliauskas (2011), a interferência de forças conservadoras dos poderes legislativos e executivos que impediram o avanço efetivo das políticas educacionais com o enfoque LGBT. Trouxe, então, indicadores imprecisos que pudessem identificar os avanços dessas políticas sobre o cotidiano escolar e o contexto educacional. Essas tentativas demonstraram que, enquanto as escolas estiverem atravessadas por discursos normativos e padronizados de comportamentos sociais considerados normais ou anormais, o reconhecimento da diversidade nesse contexto continuará irreversível.

Considerações finais

As pesquisas examinadas assinalaram que a educação tem ampliado as preocupações com as sexualidades que participam das atividades escolares. Os dados motivam entender que xs sujeitxs da pesquisa não são apenas xs estudantxs, mas envolvem também xs professorxs gays, lésbicas, travestis e transexuais. Essa demarcação de sujeitxs enfatiza a relevância que o tema tem despontado, ultimamente, no cenário acadêmico em educação.

Como resultado disso, o *cópus* das pesquisas produz uma inspiração teórica atravessada, em grande parte, pelas abordagens que se voltam para as perspectivas pós estruturalistas, uma vez que apenas uma pesquisa reportou-se ao método materialista-dialético para produzir os resultados da relação entre educação formal e identidade travesti. Permeados de ditos de abordagens consideradas relevantes, ou não; o que se pretendeu apontar é o avanço que as pesquisas em educação têm se disposto a incursionar no campo das sexualidades travestis nas escolas.

É importante pontuar que os objetos que guiaram as pesquisas não discutiram os aspectos políticos que permeiam as travestilidades nas escolas. Ou seja, investigaram-se performances de sujeitxs travestis em ambientes de consumo sexual, nas famílias e presídios, porém, nenhuma trouxe aspectos significativos sobre as políticas públicas educacionais voltadas para esse tema, tampouco a formação política dxs travestis, no ambiente escolar, enquanto empoderamento e autonomia.

Questionam-se preconceitos arraigados em discursos e relações de poder em práticas escolares. No entanto, no aspecto da resistência contida na subversão da identidade heteronormativa, observa-se que xs travestis convivem com práticas escolares e familiares que intentam recuperar a sexualidade convencionalizada como “*verdade*” para o gênero masculino. É nesse embate entre a sexualidade normatizada e xs travestilidades que se encontram as relações de poder, uma vez que aquela historicamente ditada como padrão se sobrepõe às dissidentes dela.

A partir do momento em que as sexualidades, para se constituírem identitariamente, necessitam de adequação aos ditames da heterossexualidade, imprimir sobre as relações sociais, políticas e sociais a permanência das desigualdades e diferenças. A reprodução dessa lógica é vista nas desigualdades e submissões vividas por essas sexualidades nos acessos aos bens e serviços públicos de saúde, educação e justiça, posto que essas instituições são caracterizadas pelo sexismo.

Em suma, mesmo que os discursos impõem modos padronizados de viver a sexualidade. Essa relutância é possível de se superar, já que a existência dxs travestis demarca a resistência em relação à heteronormatividade. O que se espera, agora, é o reconhecimento, de fato das possibilidades de mudanças corporais, de acordo como bem entenderem e desejarem. Acredita-se relevante explorar o tema na área da educação, em virtude de a escola representar um espaço, historicamente, cindido pela determinação de padrões moralistas e

religiosos que intentam produzir sujeitos a partir de um arsenal de ações corretivas e ditadoras de comportamentos sociais.

Por mais que os estudos tenham se ampliado, há que se ressaltar que eles ainda não alcançaram os profissionais das escolas, simplificando os estudos apenas no âmbito acadêmico. Esse fator pode estar ligado à ideia de que o que se produz nas universidades acaba ficando engavetado, ao passo também que as escolas, em muitos casos, permeiam-se de discursos de que, *“na teoria, é tudo bonito, na prática é totalmente diferente”*. Esse discurso dicotômico pode ser prejudicial à pesquisa e também aos sujeitos a quem ela se direciona, impedindo a integração entre ambos, o que estanca a produção de conhecimento.

Além desses conflitos de diálogos entre pesquisas (universidades) e práticas (escolas), pontua-se a necessidade de se discutir também o tema da transfobia, uma vez que a cultura popular naturaliza certos contextos enunciativos que, oportunamente, insistem em reproduzir diferenças e desigualdades sobre as masculinidades e feminilidades. É o caso, por exemplo, de piadas direcionadas para destituir heterossexuais dos benefícios que poderiam acessar; a grosso modo, ofender heterossexuais com termos pejorativos como *“viadinho”, “baitola”, “bicha”* e outros mais homofóbicos.

Referências

- ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2012. 278f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- BAUMAN, Zigmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005.
- BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: o corpo e gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BOHM, Alessandra Maria. **Os “Monstros” e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis**. 2009. 103f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- BORTOLINI, Alexandre. Diversidade sexual na escola. In: COSTA, H. *et al* (Orgs.) **Retratos do Brasil Homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BRASIL. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012**. Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012.
- CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR (CAPES). Bancos de periódicos. Brasília: CAPES, 2016.
- DANILIAUSKAS, Marcelo. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia**. 2011. 161p. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1984.
- FRANCO, Neil. **A diversidade sexual entra na escola: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero**. 2009. 239f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.
- FRANCO, Neil. **Professoras trans brasileiras: ressignificações de gênero e de sexualidades no contexto escolar**. 2014. 268f. Tese (Doutorado em educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). **Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações**. Brasília: IBICT, 2016.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade sexual na educação: problematização sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/SECAD, 2009. p. 13-52.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. D. Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: _____. **Diversidade sexual na educação**: problematização sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/SECAD, 2009. p. 367-444.

LONGARAY, Deise Azevedo. **A (re) invenção de si**: investigando a constituição de sujeitos gays, travestis e transexuais. 2014. 226f. Tese (Doutorado em educação em ciências) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade sexual na educação**: problematização sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/SECAD, 2009. p. 85-94.

MONTREOZOL, Jeferson Renato. **Sobre a educação aquecida**: uma análise da relação entre identidade sexual travesti e o processo de educação formal. 2011. 181f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2011.

MULLER, Magnor Ido. **“Lá em casa a gente conversa!”**: pedagogia da conjugalidade entre travestis e seus maridos. 2011,. 123f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

NUNES, Cláudio Ricardo Freitas. **Trazendo a noite para o dia**: apontamentos sobre erotismos, streap tease masculino, pedagogias de gênero e sexualidade. 2012. 227f. Tese (Doutorado em educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

OLIVEIRA, Carina Dantas de. **Travestilidades e juventudes**: conteúdos submersos no contexto escolar. 2014. 60f. Dissertação (Mestrado em educação escolar) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2014. 60f.

PASSOS, Amilton Gustavo da Silva. **Uma ala para travestis, gays e seus maridos**: pedagogias institucionais da sobrevivência no Presídio Central de Porto Alegre. 2014, 108f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2014.

PEREIRA, Marlyson Junio Avarenga. **“Quando eu pulei o muro”**: travestilidades em corpos-existência apesar dos silêncios na escola. 2014. 100f. Dissertação (Mestrado Profissional em educação) – Universidade Federal de Lavras (UFLR), Lavras, 2014.

PERES, Willian Siqueira. Cenas de exclusão anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade sexual na educação**: problematização sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/SECAD, 2009. p. 235-264.

REIDEL, Marina. **A Pedagogia do salto alto**: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira. 2013. 162f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ROSATO, Tatiane Penariol de. **Reforma de currículo e identidades sexuais**: performances de gênero em adolescentes de escolas estaduais de ensino fundamental em Cuiabá. 2011. 124f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

SALES, Adriana. **Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis**. 2012. 138f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

SANTOS, Paulo Ricardo dos. **Entre necas, peitos e picumãs**: subjetividade e construção identitária de travestis do Jardim Itatinga. 2008. 120f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA FILHO, Alípio. Teorias sobre a gênese da homossexualidade: fraude, ideologia ou preconceito. In: JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade sexual na educação**: problematização sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/SECAD, 2009. p. 95-124.